

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.267 - SP (2019/0067128-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : GABRIEL ROBERTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GABRIEL ROBERTO DE OLIVEIRA em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 121):

Apelação. Tráfico de drogas. Absolvição em Primeira Instância. Recurso do Ministério Público pleiteando a condenação dos réus nas termos da inicial. Acolhimento. Autoria e materialidade comprovadas. Existência de amplo conjunto probatório, suficiente para autorizar a prolação do decreto condenatório. Apelo provido para condenar o réu nos termos da inicial, com expedição de mandado de prisão.

Apresentados embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 144/153).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 157/170), fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a parte recorrente violação dos artigos 155 e 386, inciso VII, do CPP. Sustenta a absolvição do acusado, uma vez que a condenação ocorreu em completa dissonância com as provas colhidas nos autos.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 195/200), o Tribunal *a quo* não admitiu o recurso especial (e-STJ fl. 203), tendo sido apresentado o presente agravo.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar, opinou pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 236/241).

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

O recurso não merece acolhida.

O Tribunal *a quo*, ao condenar o agravante pelo crime de tráfico de drogas, assim consignou (e-STJ fls. 122/125):

[...]

O exame do conjunto probatório revela que a decisão monocrática merece reforma.

Com efeito, Gabriel Roberto de Oliveira foi denunciado como incurso no artigo 33, "caput", da Lei 11.343/06, porque no dia 03 de novembro de 2015, na hora e local indicados na inicial, trazia consigo e guardava, para consumo de terceiros, 141 "pinos" de cocaína, substâncias entorpecentes e que causam dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar.

O conjunto probatório é sólido e demonstra à saciedade as condutas criminosas do apelado.

Com efeito, em solo policial, o apelado Gabriel disse negou a propriedade da droga, dizendo que estava no local para consumir, pois é usuário de cocaína (fls. 06). Em Juízo disse que a acusação é falsa, que o traficante correu quando viu a viatura e por se recusar a delatar que vendera droga para ele, foi falsamente incriminado. Acrescentou que nunca viu os policiais antes dos fatos (fls. 60/mídia).

De fato, a prova amealhada é francamente desfavorável ao apelado.

Nesse sentido, os informes prestados pelos policiais que procederam à prisão em flagrante do réu (fls. 03, 05, 58 e 60/mídia), acrescidos do auto de prisão em flagrante delito (fls. 02), boletim de ocorrência (fls. 08/09), auto de exibição e apreensão (fls. 10), laudo de constatação (fls. 13/14) e laudo químico-toxicológico (fls. 44/45), servem como prova cabal da materialidade delitiva e também se constituem em importantes elementos de prova para a definição da autoria e formação do juízo de culpabilidade.

Observo que os depoimentos dos policiais são firmes, seguros, precisos, verossímeis e coerentes, devendo, por isso mesmo, prevalecer sobre a negativa do réu, de duvidosa credibilidade.

Realmente, Augusto Fernando da Silva Neto e Fábio Augusto Pereira Gonçalves, policiais militares, deram plena conta do ocorrido, confirmando os fatos acima reproduzidos e, conseqüentemente, o quadro de tráfico de drogas envolvendo o réu.

Em síntese, Fábio esclareceu ao juízo que, durante patrulhamento de rotina, foi irradiada denúncia de tráfico de drogas via Copom, fornecendo o endereço e local onde a droga estaria escondida (caixa de luz). Ao chegar ao local, constatou que o referido endereço tratava-se de uma rua sem saída e, ao adentrar na via, só avistou o réu no local, que esboçou nervosismo, mas não correu. Revistado, com o réu encontraram drogas e valores em dinheiro. Em buscas no local informado pelo Copom, em cima de uma caixa de luz, foi encontrado o restante das drogas apreendidas, semelhantes àquelas apreendidas em poder do réu. Esclareceu que o réu estava em frente da caixa de luz e, questionado sobre a droga que trazia, disse que era usuário. Sobre a droga encontrada na caixa de luz, o réu disse que desconhecia.

De igual teor o depoimento de Augusto, seu colega de profissão, que acrescentou que o réu tentou se afastar do local, mas não correu. Asseverou que a denúncia via Copom fornecia as características físicas do traficante, reconhecido em audiência.

Não há razão alguma para se duvidar da veracidade dos relatos dos policiais civis, que merecem fé até prova em contrário, assim como o de qualquer pessoa idônea. A presunção jûris tantum de que agiram escorreitamente no exercício de suas funções não ficou sequer arranhada. Vale observar, ainda, por relevante, que a jurisprudência dominante tem se inclinado para admitir que os testemunhos de policiais, quanto aos atos de diligência, prisão e apreensão, devem merecer credibilidade desde que não evidenciada má-fé ou abuso de poder por parte dos agentes do Poder Público, o que não se verifica na hipótese dos autos, tanto assim que nada se comprovou a respeito.

Nessa conjuntura, é bem de ver que o desfecho condenatório é mesmo de rigor. De fato, a quantidade de drogas apreendidas e a forma de embalo, os depoimentos dos policiais que asseveraram que o réu estava sozinho no local, além do que fizeram referência à denúncia via Copom, que indicava a presença do traficante no local e onde as drogas estavam escondidas, além do fato de o réu não comprovado possuir atividade lícita, mas trazia consigo quantia em dinheiro de origem incomprovada, não deixa dúvida que o apelado Gabriel estava, efetivamente, envolvido com o tráfico de drogas, não havendo que se falar em manutenção da absolvição por insuficiência de provas.

Para que não fique sem registro, anoto que o fato de o acusado ser, eventualmente, usuário de drogas, não afasta a comprovada condição de traficante, uma vez que os usuários, freqüentemente, também passam a comercializar entorpecentes, justamente para obter dinheiro e garantir o vício e o próprio sustento, acrescentando-se, por oportuno, que uma conduta não exclui a outra.

[...]

Ora, rever tal conclusão, como requer a parte recorrente, no sentido da ausência de provas para a condenação, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, por força da incidência da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator